



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM NORTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº. 37/2020

Belo Horizonte, 30 de junho de 2020.

PARECER ÚNICO - PU DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL SIMPLIFICADO			
PROCESSO SLA nº:	1309/2020	SITUAÇÃO:	Sugestão Pelo Deferimento
EMPREENDEDOR:	Cerâmica Minas Bahia Ltda.	CNPJ:	05.628.519/0001-32
EMPREENDIMENTO:	Cerâmica Minas Bahia Ltda.	CNPJ:	05.628.519/0001-32
MUNICÍPIO(S):	Espinosa-MG	ZONA:	Rural
CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: <ul style="list-style-type: none">• Não há incidência de critério locacional			
CÓDIGO:	ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):	CLASSE:	CRITÉRIO LOCACIONAL:
A-02-10-0	Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho	2	0
CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:		REGISTRO:	
Antônio Alves Moreira		CREA 29.623/D-MG	
AUTORIA DO PARECER:			MATRÍCULA:
Gilson Souza Dias Gestor Ambiental Diretoria Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM NM			0943199-0

De acordo:	
Sarita Pimenta de Oliveira	1.475.756-1
Diretor(a) Regional de Regularização Ambiental - SUPRAM NM	



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Souza Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 30/06/2020, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarita Pimenta de Oliveira, Diretor(a)**, em 30/06/2020, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **16169365** e o código CRC **7F4D1FF0**.



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada-Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS nº 037/2020

1. Introdução e caracterização do empreendimento

O empreendimento **Cerâmica Minas Bahia Ltda.**, exercerá suas atividades na zona rural do município de Espinosa-MG, na localidade de Pau Queimado/Campinhos, na rua Jason Ramos de Oliveira, nº 835, bairro Ponte Nova, CEP 39.510-000. Para chegar ao local, a partir de Espinosa deve pegar estrada em direção a localidade de Itamirim e passando por ela seguir até a ponte sobre o Rio Verde Grande. Após passar sobre a ponte deve-se pegar estrada secundária à direita e percorrer por aproximadamente 6 km onde se pega estrada secundária à esquerda e seguindo-a por aproximados 3 km. Em 07/04/2020, o empreendedor entrou com documentação para formalizar na SUPRAM NM, processo de LAS/RAS, para a atividade de **A-02-10-0, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho**, nos termos da Deliberação Normativa nº 217/2017, sendo enquadrado na Classe 2, com Potencial Poluidor/Degradador M e Porte P. O empreendimento se enquadra como Las/Ras devido ao artigo 20 da referida DN.

As atividades, objeto deste licenciamento, justificam a adoção do procedimento simplificado. O empreendedor apresentou declaração da FEAM, de inexistência de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas em função das atividades do empreendimento. O uso e ocupação do solo da área afetada pelos impactos diretos do empreendimento são representados pela existência de atividades minerárias e pastagens (**vide imagem 01**).

O empreendimento encontra-se em área de bioma Caatinga e não possui recurso hídrico superficial (Curso d'água e nascente). Não haverá utilização de água no processo produtivo do empreendimento. A área do empreendimento não possui cavidades segundo o RAS.

Segundo informações extraídas do SLA, não houve intervenções ambientais que se enquadrem no rol previsto no art. 1º da Resolução Semad/IEF nº 1905, de 12 de agosto de 2013, entre o período de 22 julho de 2008 e a data de acesso a este sistema para a presente solicitação de licenciamento. Da mesma forma, não haverá intervenções futuras, sendo que o empreendimento terá suas atividades em área consolidada (pastagem).

Segundo informações do CAR MG-3124302-BEBA.FCED.221F.445E.AE49.4573.4E5D.5A43, a área total da propriedade onde se encontra o empreendimento é de 450,3547 ha com 94,3097 ha de área de Reserva Legal. A matrícula do imóvel é de nº 660 do cartório de Espinosa.

O método de lavra prevê a retirada de Calcário através de cava a céu aberto. Dessa forma, a topografia do terreno, que a princípio é plana, sofrerá a retirada desses materiais em forma de “tiras”, assim, as camadas serão removidas com a utilização de maquinários do tipo escavadeira, pá carregadeira. Não haverá beneficiamento do material. Poderá, caso necessário, o beneficiamento no local, através de cominuição. O



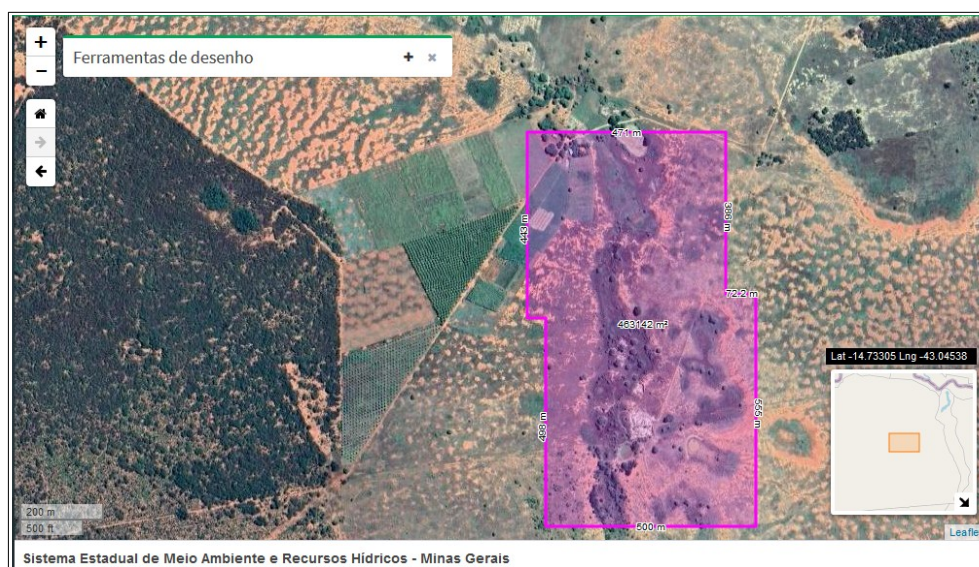
destino dos materiais extraídos será a utilização em obras civis da região bem como para correção de solo (Ph) para agricultura. A produção média mensal estimada é de 1000 m³ de calcário/mês com avanço de 0,25 hectare por ano e previsão de reserva mineral para 15 anos de extração. A pilha estoque para venda terá dimensões retangulares em sua base (15 x 20 m²) existirão de duas a quatro pilhas, porém sempre com base retangular e altura máxima de 3 metros.

Para os trabalhos de lavra está prevista a existência das seguintes construções civis (construções rústicas): Escritório/almoxarifado (20 m²), cozinha/refeitório (25 m²), banheiros e vestiários (12 m²) e caixa d'água (5 m³).

Os equipamentos a serem utilizados no processo produtivo serão: 02 caminhões basculantes, 01 escavadeira, 01 pá carregadeira e 01 retroescavadeira. Os materiais e insumos a serem utilizados serão: Óleo Diesel (5.000 l/mês) e lubrificantes (200 l/mês).

O empreendimento contará com um número total de 10 funcionários, sendo 09 no setor de produção e 01 do setor administrativo, trabalhando em um turno de 08 horas por dia, 05 dias por semana, com paralisação pontual nos meses chuvosos. O empreendimento possui registro de licença DNPM de nº 4.672/2016, processo 831.203/2015, para extração de Calcário e Areia em uma área de 46,04 ha, no município de Espinosa, na comunidade de Campinhos.

Imagem 1: Uso e ocupação do solo



Fonte: IDE/Sisema

2. ANÁLISE TÉCNICA

2.1. Análise de Impactos e Medidas Mitigadoras

Os impactos ambientais inerentes as atividades de **A-02-10-0, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho** e respectivas medidas mitigadoras, são:



2.1.1. Uso da água: Consumo humano (sanitários, refeitórios, etc) para 10 pessoas (com consumo médio de 1.000 l/dia). A água a ser consumida tem origem em poço tubular de fazenda onde se encontra o empreendimento.

2.1.2. Desaguamento da mina: Não haverá.

2.1.3. Processos erosivos (medidas mitigadoras): O sistema de drenagem desviará as águas pluviais das áreas de operações e estocagem do material, conduzindo-a por um sistema de drenagem para bacias de decantação. Depois da verificação de locais de ravinamento, grotas e início de erosão, o controle será realizado com a adoção de uma das seguintes medidas: Plantio de gramíneas; proteção das canaletas, com revestimento nos locais inconsistentes; plantio de bambu nos locais de grande umidade; construção de taludes; construção de pequenos diques ou leiras para desvio d'água.

2.1.4. Efluentes líquidos: Será gerado cerca de 1 m³/dia de efluente sanitário, na propriedade da fazenda. **Medidas mitigadoras:** O efluente líquido sanitário gerado será destinado a fossa séptica, com filtro anaeróbico e sumidouro, instalada no local. Para o abastecimento dos equipamentos, os trabalhos de manutenção mecânica, o descarte de óleo queimado e a lavagem de equipamento, que podem contaminar o solo e consequentemente o curso d'água, com resíduos de óleo, graxa, etc., toda a manutenção dos equipamentos bem como as respectivas lavagens serão realizadas em instalações localizadas na cidade de Espinosa ou localidades (distritos) mais próximas e o efluente gerado do uso do óleo pelas máquinas terá a destinação correta. Não haverá geração de efluente industrial; não haverá geração de efluente de purgas e lavagem de equipamentos e máquinas.

2.1.5. Emissões atmosféricas: Serão gerados gases de combustão de motores a diesel. **Medidas mitigadoras:** Não são citadas. Será condicionada a comprovação da manutenção periódica de veículos e máquinas como medida mitigadora.

2.1.6. Resíduos sólidos: Haverá a geração resíduos resultantes de restos de refeição, não sendo estimado o volume gerado. **Medida mitigadora:** Destinação ao depósito de coleta pública.

2.1.7. Ruídos e vibrações: Haverá gerados por veículos, máquinas e equipamentos. **Medidas mitigadoras:** Não são citadas. Será condicionada a comprovação da manutenção preventiva e regulação dos dispositivos de escapamento dos motores de explosão.



2.1.8. Impactos sobre a qualidades das águas superficiais e subterrâneas: Não haverá.

2.1.9. Impactos à fauna: Segundo o Ras, não haverá.

2.1.10. Recomposição da área de lavra: Ao final dos trabalhos existirá uma cava, com o piso em solo semiplano, que deverão ser conformados e revegetados. **Medidas mitigadoras:** A recomposição topográfica se dará com a conformação suavizada do piso da área de estocagem, manobras e benfeitorias, com definição da drenagem final. A recomposição paisagística será feita com o plantio de gramíneas em toda extensão das áreas degradadas. O trecho de mata ciliar deverá ser revegetado com espécies arbóreas nativas, preferencialmente frutíferas para funcionar como abrigo da fauna silvestre.

Cita-se ainda que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento favorável à concessão do licenciamento pleiteado.

3. CONCLUSÃO

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o **deferimento** da **Licença Ambiental Simplificada** ao empreendimento **“Cerâmica Minas Bahia Ltda.”** para a atividade **A-02-10-0, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho**, no município de **Espinosa-MG**, pelo prazo de **10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes** estabelecidas nos anexos I e II deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Cerâmica Minas Bahia Ltda.”

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença.
2	Comprovar a destinação final dos resíduos sólidos, de forma ambientalmente correta, observando a legislação vigente para cada caso. Apresentar anualmente a SUPRAM NM, até dia 30 do mês subsequente, relatório comprovando o cumprimento da destinação adequada dos resíduos sólidos.	Durante a vigência da licença.
3	Apresentar comprovantes de manutenção de veículos, máquinas e equipamentos para mitigar emissões atmosféricas, ruídos e vibrações.	Anualmente, durante a vigência da licença.



4	Apresentar relatório da situação de recuperação da área degradada prevista no RAS.	Anualmente, durante a vigência da licença.
---	--	--

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

IMPORTANTE

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Cerâmica Minas Bahia Ltda.”

1. Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

Resíduos				Transportador		Destinação final		Quantitativo total do semestre (tonelada/semestre)			Obs.	
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável		Quantidade destinada	Quantidade gerada		Quantidade armazenada
							Razão social	Endereço completo				
(*)1- Reutilização						6 - Co-processamento						
2 – Reciclagem						7 - Aplicação no solo						
3 - Aterro sanitário						8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)						
4 - Aterro industrial						9 - Outras (especificar)						
5 - Incineração												

1.1 Observações



- a) O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- b) O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- c) As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- d) As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.

2. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetros	Frequência de Análise
Entrada da fossa séptica e saída da água (sumidouro).	pH, temperatura, sólidos em suspensão, sólidos sedimentados, óleos e graxas, detergentes, DBO e DQO.	Semestral

*O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar **anualmente** à SUPRAM NM até o dia 30 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Para as amostragens feitas no corpo receptor (curso d'água), apresentar justificativa da distância adotada para coleta de amostras a montante e jusante do ponto de lançamento. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos da Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.